A gravidez na adolescência no Brasil e as políticas públicas[1]

El embarazo en la adolescencia en Brasil y las políticas públicas

Teenage pregnancy in Brazil and public policies

Amélia Cohn[2]
Doutora, PPG em Direito da Saúde, Universidade Santa Cecília, Santos, SP, Brasil
https://orcid.org/0000-0002-2416-2624

Andressa Felix Lisboa[3]
Mestranda, PPG em Direito da Saúde, Universidade Santa Cecília, Santos, SP, Brasil
https://orcid.org/0009-0001-0585-4828

Paola de Oliveira[4]
Mestranda, PPG em Direito da Saúde, Universidade Santa Cecília, Santos, SP, Brasil
https://orcid.org/0009-0004-6884-7387

RESUMO: Contextualização: A gravidez na adolescência é um desafio significativo para a saúde pública no Brasil, gerando impactos profundos não apenas para as jovens mães, mas também para suas famílias e a sociedade em geral. **Problema:** O fenômeno da gravidez precoce está intimamente ligado a fatores socioeconômicos, educacionais e culturais, que contribuem para a persistência de desigualdades sociais e vulnerabilidade entre adolescentes. **Objetivos:** Este estudo tem como objetivo analisar os fatores que contribuem para a gravidez na adolescência, explorando o papel das políticas públicas estabelecidas pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente na mitigação desse problema. **Métodos:** A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em uma revisão documental e na análise crítica das políticas públicas e abordagens interseccionais direcionadas ao enfrentamento da gravidez precoce. O enfoque reside na proteção dos direitos das adolescentes em estado gravídico, com o objetivo de compreender as nuances e implicações das iniciativas implementadas nesse contexto jurídico e social. **Resultados:** Os resultados apontam para a necessidade urgente de abordagens que levem em consideração as desigualdades socioeconômicas e culturais que perpetuam o ciclo da gravidez na adolescência, destacando a importância de soluções que promovam o acesso universal à educação e à saúde. **Considerações finais:** As considerações finais indicam que a proteção dos direitos humanos das adolescentes, aliada a políticas públicas eficazes e inclusivas, é essencial para reduzir a incidência de gravidez precoce, promover a equidade social e garantir um futuro melhor para as jovens no Brasil.

Palavras-chave: Gravidez na adolescência; Política de Saúde; Disparidades Socioeconômicas em Saúde.

RESUMEN: ***Antecedentes:*** *El embarazo adolescente es un desafío importante para la salud pública en Brasil, generando profundos impactos no sólo para las madres jóvenes, sino también para sus familias y la sociedad en general.* ***Problema:*** *El fenómeno del embarazo precoz está estrechamente vinculado a factores socioeconómicos, educativos y culturales, que contribuyen a la persistencia de las desigualdades*

[1] Esse trabalho foi apresentado originalmente no VI Congresso Internacional de Direito da Saúde e XII Congreso Iberoamericano de Derecho Sanitario, realizado em 16, 17, 18 e 19 de outubro de 2024 na Universidade Santa Cecília (UNISANTA). Em função da recomendação de publicação da Comissão Científica do Congresso, fez-se a presente versão.

[2] Amélia Cohn é socióloga; docente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Saúde Dimensões Individuais e Coletivas, da Universidade Santa Cecília (Unisanta). Professora aposentada da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Foi pesquisadora e presidente do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec); relatora do Documento Oficial Brasileiro para a Cúpula de Desenvolvimento Social da ONU de 1995; membro da primeira equipe do Programa Bolsa Família, primeiro governo. Autora, dentre outros, de Cartas ao Presidente Lula - Bolsa Família e direitos sociais (Azougue Editorial, 2012).

[3] Advogada, especialista em seguridade social. Mestranda em Direito da Saúde pela UNISANTA. Bolsista CAPES. Atua como professora em cursos de extensão sobre previdência social pela ESA/SP. Professora convidada em direito do trabalho para cursos de extensão EAD - UNISANTA. Responsável pela área previdenciária e trabalhista do escritório Lamy & Oliveira sociedade de advogados.

[4] Advogada especialista em leilões e expropriação de ativos. Graduada em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto (2023), bolsista PIBIC em pesquisa e inovação científica, Pós-graduada em Penal e Processo Penal, Mestranda em Direito da Saúde: dimensões individuais e coletivas pela UNISANTA, Pós-Graduanda em Direito Civil e Processo Civil. Responsável pela área comercial externa no Grupo Lance.

DOI: 10.5281/zenodo.14262550

*sociales y la vulnerabilidad entre los adolescentes. **Objetivos:** Este estudio tiene como objetivo analizar los factores que contribuyen al embarazo adolescente, explorando el papel de las políticas públicas establecidas por la Constitución de 1988 y el Estatuto del Niño y del Adolescente en la mitigación de este problema. **Métodos:** Esta investigación adopta un enfoque cualitativo, basado en la revisión documental y el análisis crítico de políticas públicas y enfoques interseccionales destinados a combatir el embarazo precoz. El foco está en proteger los derechos de las adolescentes embarazadas, con el objetivo de comprender los matices e implicaciones de las iniciativas implementadas en este contexto jurídico y social. **Resultados:** Los resultados apuntan a la urgente necesidad de enfoques que tengan en cuenta las desigualdades socioeconómicas y culturales que perpetúan el ciclo del embarazo adolescente, destacando la importancia de soluciones que promuevan el acceso universal a la educación y la salud. **Consideraciones finales:** Las consideraciones finales indican que la protección de los derechos humanos de los adolescentes, combinada con políticas públicas efectivas e inclusivas, es esencial para reducir la incidencia del embarazo precoz, promover la equidad social y garantizar un futuro mejor para las mujeres jóvenes en Brasil.*

***Palavras clave:** Embarazo en Adolescencia; Política de Salud; Disparidades Socioeconómicas en Salud.*

***Abstract**: **Contextualization:** Teenage pregnancy is a significant public health challenge in Brazil, profoundly impacting not only young mothers but also their families and society as a whole. **Problem:** The phenomenon of early pregnancy is closely linked to socioeconomic, educational, and cultural factors, which contribute to the persistence of social inequalities and vulnerability among adolescents. **Objectives:** This study aims to analyze the factors contributing to teenage pregnancy, exploring the role of public policies established by the 1988 Constitution and the Child and Adolescent Statute in mitigating this issue. **Methods:** This research adopts a qualitative approach, based on a documentary review and critical analysis of public policies and intersectional approaches aimed at combating early pregnancy. The focus lies on protecting the rights of pregnant adolescents, with the aim of understanding the nuances and implications of the initiatives implemented in this legal and social context. **Results:** The findings highlight the urgent need for approaches that consider the socioeconomic and cultural inequalities that perpetuate the cycle of teenage pregnancy, emphasizing the importance of solutions that promote universal access to education and healthcare. **Final considerations:** The final considerations suggest that protecting the human rights of adolescents, combined with effective and inclusive public policies, is essential to reduce the incidence of early pregnancy, promote social equity, and ensure a better future for young people in Brazil.*

***Keywords**: Pregnancy in Adolescence; Health Policy; Socioeconomic Disparities in Health.*

Introdução

A gravidez na adolescência configura-se como um desafio complexo para a saúde pública, impactando não apenas as jovens mães, mas também suas famílias e comunidades. Este fenômeno está ligado a uma série de fatores sociais, econômicos e culturais, que exacerbam as vulnerabilidades dessas adolescentes. As consequências da gravidez precoce incluem não apenas riscos à saúde física e mental das mães, mas também impactos negativos em suas oportunidades educacionais e profissionais. Além disso, a maternidade precoce pode perpetuar ciclos de pobreza e limitar o desenvolvimento social e econômico das comunidades.

Este estudo aborda as questões socioeconômicas, educacionais e culturais associadas a esse fenômeno no contexto brasileiro. O estudo objetiva compreender o perfil das adolescentes grávidas, suas condições familiares e locais de residência, destacando a importância de políticas públicas eficazes para enfrentar esses desafios.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando como base metodológica a Constituição Federal de 1988 e a legislação nacional vigente, incluindo o Estatuto da Criança e do Adolescente. Também foram consultados artigos acadêmicos, revistas científicas e doutrinas especializadas, que oferecem uma fundamentação teórica

DOI: 10.5281/zenodo.14262550

e prática sobre a temática da gravidez na adolescência. O método de análise consistiu em uma análise crítico-narrativa, com o objetivo de identificar e descrever as principais causas da gravidez na adolescência ao que se agregou a perspectiva dos autores perante as políticas públicas que tem o intuito de reduzir as desigualdades e promover o pleno exercício dos direitos humanos e sociais, garantindo que as políticas públicas sejam eficazes e inclusivas.

1 Gravidez na adolescência

A gravidez na adolescência continua sendo um tema de grande relevância nos estudos de saúde pública e políticas que a englobam, principalmente no que diz respeito ao seu reflexo familiar e na sociedade como todo. Traçar o perfil dessas meninas, suas famílias, local em que vivem, faz parte de um cenário que demanda e necessita de atuação do poder público.

A adolescência é um período de descobertas e início de trajetórias favoráveis a escolhas que deveriam ser para um progresso do desenvolvimento social e consequentemente econômico. Entretanto, quando essa fase chega na vida de muitos, se deparam com desigualdades sociais, limitações em estudos, e até mesmo questões básicas de direitos humanos, como acesso à educação, saúde, saneamento básico, moradia, e outros fatores como a influência de culturas de localidades remotas e violência doméstica, que por diversas vezes estão intimamente ligados à gravidez na adolescência.

A maternidade que não foi esperada e ainda, não-intencional na adolescência, possui diversas problemáticas, diretamente ligados às vulnerabilidades socioeconômicas e questões de direitos humanos nas desigualdades sociais, precisando de maior efetividade estatal nas políticas públicas de saúde.

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que é a norma fundamental do ordenamento jurídico e que aborda inicialmente os direitos e deveres de toda a sociedade:

> Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. (Brasil, 1998).

Em um estudo realizado no estado de São Paulo, ocorreu uma queda de 65% dos índices da gravidez na adolescência, o que em si, é benéfico para todo o país e reflete criações de políticas públicas.

> Em 1998, entre mães de 10 a 19 anos, 141 mil nascimentos foram registrados; em 2021, o número caiu para 49 mil; queda é fruto de programas e ações desenvolvidos pela Saúde ao longo dos anos (SES-SP, 2023).

Tal queda encontra respaldo em ações efetivas e acompanhamento em diversas esferas, mas ainda assim, há diversos problemas relacionados a esses números. No Estatuto da Criança e do Adolescente, é possível encontrar diversas formas de garantia e direitos inerentes aos menores, que por diversas vezes são violadas em sua forma primária, dentro do seu próprio lar:

> Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (Brasil, 1990).

DOI: 10.5281/zenodo.14262550

Os princípios criados na Constituição vêm se revelando distantes do que ocorre na realidade. Normalmente, a maioria das crianças e adolescentes no Brasil encontram-se vulneráveis e marginalizados, não possuindo qualquer tipo de igualdade ou equidade em qualquer que seja o âmbito das políticas públicas. Um exemplo é a frequência escolar para que crianças e adolescentes não fiquem sem se alimentar:

> "A merenda é a garantia de refeição balanceada no dia a dia de 100 mil famílias que se encontram em extrema pobreza. Para essas crianças, nos períodos sem aulas é que a fome enfrentada pela família fica visível e se torna uma realidade a ser encarada". (Central Única Dos Trabalhadores, 2022).

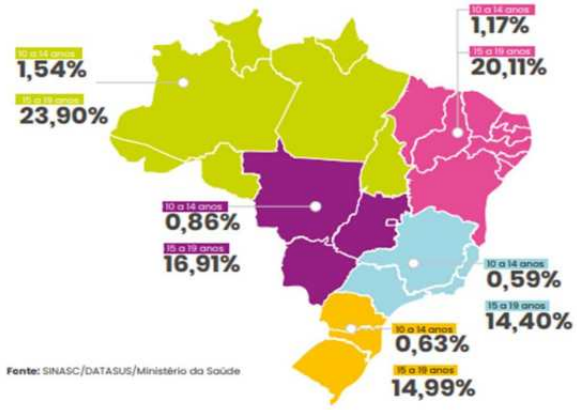
A fome é o reflexo de uma sociedade com alta concentração de renda, com ideais e valores invertidos que privilegiam a riqueza, incidindo na necessidade para que muitas crianças e adolescentes deixem a escola. Tal ato, faz com que meninas tenham um amadurecimento forçado e acreditem que possam tornar-se "donas de casa", construindo família, com homens que as vezes prometem uma vida que na verdade não passa de uma grande ilusão.

Dentre esses, é importante destacar diversas questões culturais como no norte e nordeste do país, mas não somente lá, que acabam se traduzindo em altos índices de gravidez, estupros e violências contra adolescentes.

2 Estruturas sociais e fatores étnicos-sociais

O perfil social das adolescentes grávidas traz importantes revelações quanto a raça, desigualdade social e incidência regional, principalmente no norte e nordeste do Brasil, em conforme o mapa a seguir demonstra:

Gráfico 1 - Porcentagem de nascidos vivos por idade da mãe, segundo macrorregiões do país (2008-2019).



Fonte: Sem deixar ninguém para trás: gravidez, maternidade de violência sexual na adolescência, 2023.

Tal gráfico reflete as disparidades regionalizadas dentro do próprio país, deixando explícitas as vulnerabilidades refletidas em mulheres negras e indígenas; mulheres brancas ou asiáticas são em menor número. Há raízes históricas para tanto: as mulheres negras eram escravizadas e mantidas como escravas sexuais de seus senhores.

DOI: 10.5281/zenodo.14262550

E embora o percentual de nascidos vivos entre indígenas e negras adolescentes tenha diminuído ao logo dos anos, ele apresenta taxas consideravelmente mais altas em comparação com meninas brancas. Embora aqui tenha que se levar em conta as diversidades culturais dos indígenas que dão significados distintos para gravidez na adolescência.

No entanto, o objetivo das políticas públicas voltadas à adolescência é tentativa de mudar essa realidade nos moldes do que é culturalmente aceito para a implementação de formas de respeito dessas adolescentes, principalmente no que diz respeito à sua autonomia e direito de decisão sobre sua vida, e que na maioria das vezes tem banido esse seu direito de escolha.

A cartilha Sem Deixar Ninguém para Trás: Gravidez, Maternidade e Violência Sexual na Adolescência, que analisou a gravidez na adolescência e os reflexos por trás de tal fato, deixa claro que:

> A relação entre educação e maternidade adolescente é complexa. Há evidências de que a baixa escolaridade e a evasão escolar são fatores que contribuem para a ocorrência antecipada da maternidade, mas, ao mesmo tempo, vivenciar a maternidade e permanecer na escola se mostra um grande desafio (2023, p. 17).

Reconhece-se, portanto, uma correlação entre os níveis educacionais e a maternidade na adolescência, indicando que falta de estudo e de educação sexual enquanto instruções sobre a vida, e do abandono escolar constitui um conjunto de fatores que tende a colocar precocemente as adolescentes na posição de mulher, favorecendo o início de um relacionamento que no geral tem como resultado uma gravidez precoce, como será relatado ao próximo tópico.

3 Inacessibilidade ou continuidade dos estudos

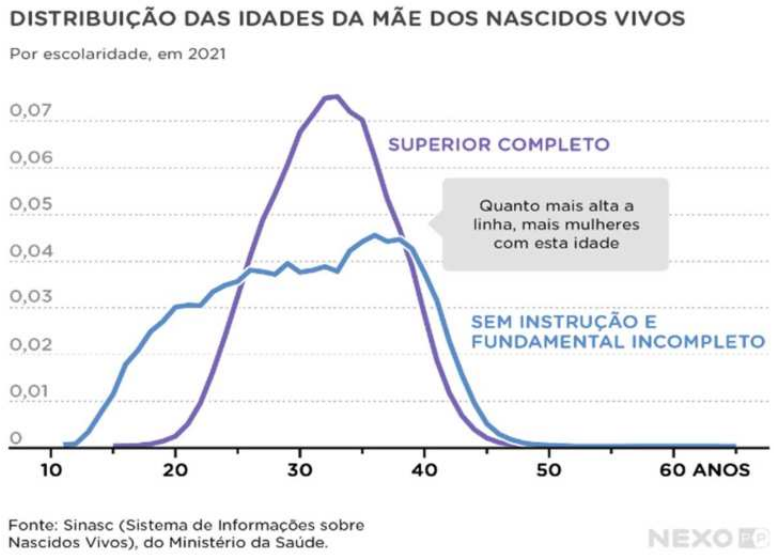
Outro fato importante a destacar é a dificuldade de acesso ou continuidade dos estudos. Quando uma adolescente se encontra na condição gravídica, ela enfrenta diversos problemas como a falta de apoio familiar, abandono pela família ou até mesmo pelo genitor. Esses problemas enfatizam a dificuldade da continuidade dos estudos, principalmente quando uma adolescente possui sob sua guarda uma criança.

Há ainda, estudos que revelam que quanto maior a dependência financeira da família, menor é a chance de haver qualificação profissional dessas adolescentes, que após a idade avançada dessas crianças não conseguem de forma estratégica adentrar ao mercado de trabalho que em primeiro momento foi deixado de lado para que houvesse continuidade aos cuidados de seu filho. O abandono escolar, no geral do ensino médio, quando não fundamental, e posteriormente a dificuldade de acessar o ensino superior e/ou de qualificação de mão de obra agravam esse quadro.

Em atenção aos estudos, há uma pesquisa realizada pelo site Nexo e as Políticas Públicas, que enfatizam tais dados em relação ao estudo e nascimento de crianças por faixa etária de meninas e mulheres:

DOI: 10.5281/zenodo.14262550

Gráfico 2 – Distribuição das idades da mãe dos nascidos vivos.



Fonte: A ocorrência de gestações durante a adolescência é um desafio de saúde pública que acarreta implicações médicas, psicossociais e econômicas, 2023.

Quando uma menina está gestante, isso impacta sua vida em diversas formas, e pode impactar também seus estudos. A gestação precoce por diversas vezes leva à interrupção e dificuldade em continuar os estudos, resultando em menor acesso a oportunidades educacionais e profissionais no futuro, efetivando mais uma vez o ciclo de desvantagens econômicas, e consequentemente a continuidade de desigualdades socioeconômicas.

> A condição de exclusão do ambiente educacional se dá desde muito antes da gravidez, não raras vezes, as meninas já haviam reprovado e/ou trocado de escola por dificuldades em aprendizagem ou sentimento de não pertencimento, ou seja, os fatores que afastam as meninas do estudo, como a necessidade de trabalhar para contribuir com a renda familiar ou a necessidade de cuidado de familiares. A exclusão escolar constitui apenas um dos aspectos da exclusão social mais ampla vivenciada pelas meninas. (Hernandez, 2014).

Com a finalidade de evitar tais implicações sociais da gravidez na adolescência, há que se investir em mudanças sociais e econômicas e no aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a saúde da mulher e dos adolescentes. E note-se que apesar de existirem previsões legais, há dificuldade em efetivá-las, dada sobretudo a grande resistência social; mas é importante a criação de recursos adequados para que essas meninas continuem sua educação básica e fundamental, com o seu desenvolvimento econômico-social e de suas habilidades para um futuro melhor.

4 Acesso à saúde e ao pré-natal

A frequência médica e adequada quando se trata do pré-natal, é essencial para a prevenção de doenças e cuidados no pré e pós-parto, tanto da gestante, quanto da criança.

As diretrizes encontradas e referenciadas pelo Ministério da Saúde são de que haja o início imediato ao cuidado e participação ao pré-natal; entretanto, este ocorre posteriormente, em fases mais avançadas da gestação o que pode indicar maiores

DOI: 10.5281/zenodo.14262550

dificuldades tanto no que diz respeito ao estado psíquico e emocional da gestante quanto a problemas correlatos à descoberta de doenças tardias.

Ainda na Cartilha Sem Deixar Ninguém para Trás: Gravidez, Maternidade e Violência Sexual na Adolescência, é citado que:

> Observam-se desvantagens para as adolescentes indígenas, pretas e pardas, evidenciando como o racismo institucional interage com outros marcadores, como, por exemplo, o etarismo, e amplia as barreiras ao acesso à consulta de pré-natal ou outros serviços de saúde reprodutiva. (2023, p.24).

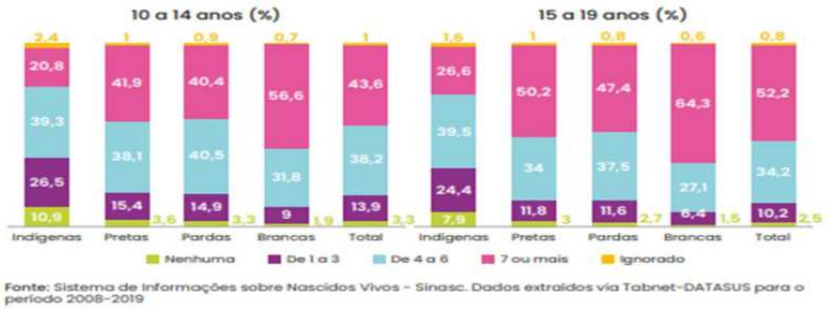
Nesse sentido, observa-se a impermeabilidade das políticas públicas às especificidades e diversidades culturais, refletindo diretamente na maneira como a gestação é conduzida. Essa desconexão entre as políticas e as realidades locais resulta em meninas que não realizam o acompanhamento gestacional, negligenciando o pré-natal. Tal situação gera consequências prejudiciais tanto para a saúde das adolescentes quanto para o desenvolvimento de seus filhos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 19, § 6º, prevê que "*a mãe adolescente será assistida por equipe especializada multidisciplinar"*, indicando uma tentativa de assegurar a cobertura de serviços adequados. Contudo, essa previsão legal evidencia uma discrepância significativa nos dados sobre o acesso e a efetiva cobertura desses serviços.

Adicionalmente, meninas que habitam em terras indígenas enfrentam barreiras ainda mais acentuadas no acesso a cuidados médicos, acompanhamento gestacional e partos assistidos. A dificuldade de acesso a profissionais de saúde qualificados e à infraestrutura necessária para um atendimento adequado impacta diretamente os dados sobre o pré-natal realizado por essas adolescentes.

Conforme relatado na mesma cartilha, essa realidade ressalta a urgência de políticas públicas que considerem as particularidades culturais e sociais das comunidades, garantindo que todas as adolescentes tenham acesso a serviços de saúde de qualidade e suporte durante a gestação, contribuindo assim para a promoção de seus direitos e bem-estar.

Gráfico 3 – Número de consultas de pré-natal por grupo de raça-cor materna entre adolescentes.



Fonte: Sem deixar ninguém para trás: gravidez, maternidade de violência sexual na adolescência, 2023.

O acesso ao pré-natal é de extrema importância para a efetivação das garantias de direitos reprodutivos e de saúde das mulheres, com a indicação e prevenção de possíveis

DOI: 10.5281/zenodo.14262550

complicações na gravidez. Tal ato inclui a diminuição de riscos para a mãe e o feto, quando este exige tratamentos específicos e cuidados obstétricos especializados.

Um pré-natal adequado desempenha um papel fundamental na prevenção de mortes maternas evitáveis e na promoção de partos seguros e saudáveis, reduzindo a mortalidade materna.

5 Violência sexual contra meninas e adolescentes

São muitos os direitos violados dentro desse contexto e em primeiro momento é necessário entender que a violência de gênero ocorre diariamente em diversos locais e afetam as crianças brasileiras, que em sua grande maioria são do sexo feminino.

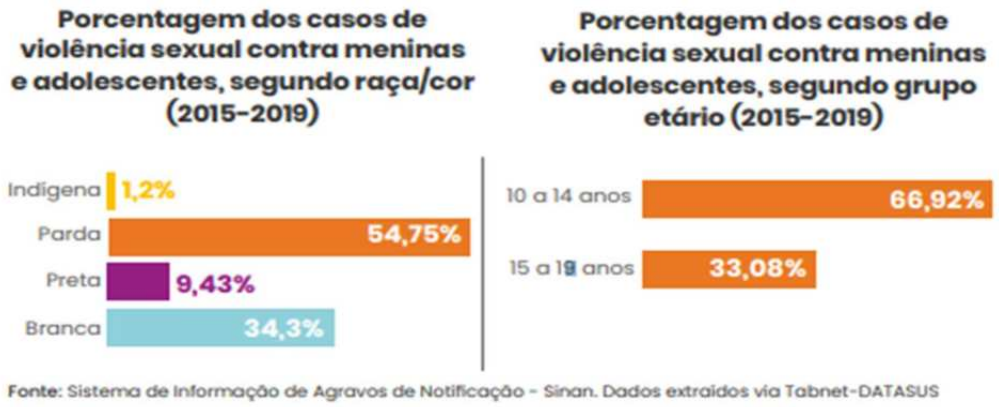
A violência contra meninas e mulheres é uma das formas de violação de direitos humanos e é reconhecida como um grande problema de saúde pública, com reflexos na saúde física, mental, sexual e reprodutiva, havendo incidência sobre infecções sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada, impactos na vida psicológica como ansiedade, depressão, aversão posterior à atividade sexual, dependência de psicoativos e ainda, automutilação e problemas ginecológicos. (Organização Pan-Americana de Saúde, 2024).

Muitas das violências contra meninas e mulheres refletem em sua vida escolar, social e relacionamentos interpessoais, que podem refletir na indisponibilidade para viver uma vida com autonomia, escolhas de vontades, e até mesmo serem silenciadas, acreditando que tais atos são uma verdade absoluta, sem possibilidade de mudanças.

É importante ressaltar que diversos locais de atendimento público e de saúde não possuem uma forma especializada para atendimento dessas meninas e mulheres, que passam por uma revitimização e barreiras de fala.

Destaca-se que grande parte dessas violências que ocorrem no âmbito doméstico e familiar são silenciadas pelos agressores, sem oportunidade de fala pelas agredidas, o que reflete em seu comportamento e aceitação, o que por sua vez leva ao infinito ciclo de abusos.

Gráfico 4 – Porcentagem dos casos de violência sexual contra meninas e adolescentes, segundo raça/cor e faixa-etária (2015-2019).

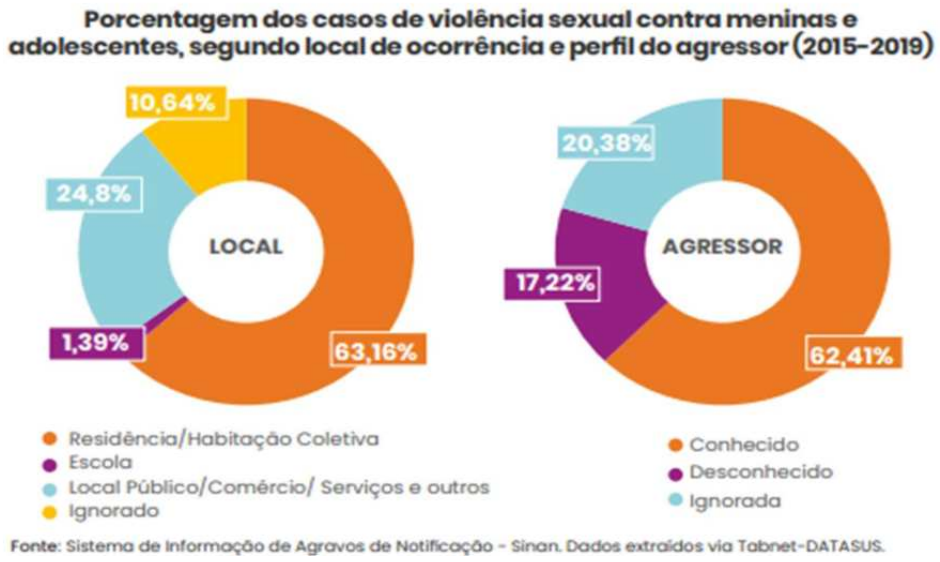


Fonte: Sem deixar ninguém para trás: gravidez, maternidade de violência sexual na adolescência, 2023.

DOI: 10.5281/zenodo.14262550

Outro fator importante é que grande parte dessas meninas e adolescentes que passam por violência sexual, são agredidas por homens do próprio convívio, como pais, tios e avôs. Mais uma vez sendo evidenciado e demonstrado pelo gráfico da Cartilha já referenciada:

Gráfico 5 - Porcentagem dos casos de violência sexual contra meninas e adolescentes, segundo local de ocorrência e perfil do agressor (2015-2019)



Fonte: Sem deixar ninguém para trás: gravidez, maternidade de violência sexual na adolescência, 2023.

As estatísticas revelam que os atos de violência sexual ocorrem no interior das residências por pessoas relativamente próximas nas quais a criança/adolescente confia. Demonstra ainda que apesar de haver legislações especificas para tanto, esses atos ocorrem diariamente, além disso, causam impactos que perduram a vida toda.

Ainda, essas violências deixam como resultado, a gestação não intencional, conforme gráfico:

Gráfico 6 - Se ocorreu violência sexual, qual tipo? A violência sexual teve uma gestação como consequência? (2015-2019).



Fonte: Sem deixar ninguém para trás: gravidez, maternidade de violência sexual na adolescência, 2023.

DOI: 10.5281/zenodo.14262550

Observa-se que a violência de gênero contra meninas e mulheres no Brasil constitui uma séria violação de direitos humanos, com consequências devastadoras para sua saúde física, mental e emocional. Este ciclo de abuso, muitas vezes enraizado em estruturas familiares e sociais, perpetua a falta de autonomia e liberdade dessas jovens, limitando suas escolhas e oportunidades de vida. A falta e insuficiência de serviços especializados para lidar com essa questão nas instituições públicas e de saúde contribuem para a revitimização e o silenciamento dessas vítimas. É fundamental que haja uma abordagem multifacetada para combater essa realidade, envolvendo não apenas políticas públicas eficazes e sensíveis, mas também mudanças profundas para desafiar normas patriarcais e machistas que perpetuam a violência de gênero. A conscientização e educação são cruciais para capacitar meninas e mulheres a reconhecerem seus direitos, denunciarem abusos e buscarem apoio para romperem o ciclo de violência.

Considerações finais

Não obstante, a gravidez na adolescência e a violência de gênero contra meninas e mulheres são desafios significativos em saúde pública no Brasil. Ambos os fenômenos estão intrinsecamente ligados a questões socioeconômicas, culturais e de direitos humanos, exigindo abordagens integradas e sensíveis para enfrentá-los efetivamente.

Ao longo desta análise, destacamos a importância de políticas públicas eficazes e serviços especializados para lidar com essas questões complexas. No caso da gravidez na adolescência, é fundamental garantir acesso universal à educação sexual abrangente, serviços de saúde reprodutiva e apoio social para jovens mães. Além disso, a promoção da igualdade de gênero e a desconstrução de normas sociais prejudiciais são essenciais para prevenir a gravidez precoce e promover o empoderamento das adolescentes.

Quanto à violência de gênero, é crucial fortalecer as redes de apoio às vítimas, oferecendo serviços de acolhimento, orientação jurídica e acompanhamento psicossocial. É necessário também investir em educação e conscientização sobre os direitos das mulheres e meninas, visando desafiar estereótipos de gênero e promover na sociedade relações saudáveis e igualitárias.

Em última análise, para alcançar o objetivo de reduzir a gravidez na adolescência e combater a violência de gênero é imperativo que as políticas públicas adotem uma abordagem holística e interseccional, levando em consideração as diversas dimensões desses problemas e as necessidades específicas das adolescentes e mulheres brasileiras. Somente através de um esforço coletivo e compromisso com os direitos humanos e a igualdade de gênero poderemos verdadeiramente enfrentar esses desafios e criar um futuro mais justo e inclusivo para todas as pessoas.

Agradecimentos: A autora Andressa Felix Lisboa agradece o apoio concedido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, durante o desenvolvimento deste estudo.

Referências

BRASIL. (1988), Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituicao.htm. Acesso em: 30/03/2024.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Sem merenda nas férias, o risco para crianças é passar fome e se desenvolver menos. Disponível em: https://www.cut.org.br/noticias/sem-

DOI: 10.5281/zenodo.14262550

merenda-nas-ferias-o-risco-para-criancas-e-passar-fome-e-se-desenvolver-meno-170e. Acesso em: 30/03/2024.

DAMASCENO, Bruna. Casal determinou "tradição" de tirar virgindade das próprias filhas. 07 de março de 2018. Notícia. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/03/irmas-foram-violentadas-durante-16-anos-pelos-pais.html> Acesso em: 06/04/2024.

HERNÁNDEZ, Gloria Elizabeth García. Embarazo adolescente y pobreza, una relación compleja. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades. Iztapalapa, n.77, p.13-53, 2014. ISSN: 0185-4259. Disponível em: https://revistaiztapalapa.izt.uam.mx/index.php/izt/article/view/142/306. 06/04/2024.

LAMY, Marcelo. Metodologia da pesquisa. Técnicas de investigação, argumentação e redação. 2ª ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo, SP: Matrioska Editora, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Lei nº 8080: 30 anos de criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Biblioteca virtual da saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/lei-n-8080-30-anos-de-criacao-do-sistema-unico-de-saude-sus/ Acesso em: 30/03/2024.

NEXO JORNAL. Alta taxa de gravidez na adolescência no Brasil: o desafio de quebrar o ciclo de pobreza intergeracional. Disponível em: https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2023/09/26/alta-taxa-de-gravidez-na-adolescencia-no-brasil-o-desafio-de-quebrar-o-ciclo-de-pobreza-intergeracional. Acesso em: 06/04/2024.

OLIVEIRA, Danilo de. Direito ao Desenvolvimento: conteúdo, natureza jurídica, vinculações estatais e efetividade. Curitiba: Brazil Publishing, 2020. 06/04/2024.

OPAS. Violência contra as mulheres. Disponível em: https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women. Acesso em: 06/04/2024.

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

COHN, Amélia; LISBOA, Andressa Felix; OLIVEIRA, Paola de. A gravidez na adolescência no Brasil e as políticas públicas. **UNISANTA Law and Social Science**, Vol. 13, N. 2 (jul./dez. 2024), pp. 184-194. ISSN: 2317-1308.

Recebido em 11/10/2024
Aprovado em 29/10/2024

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt-br

DOI: 10.5281/zenodo.14262550